

CÔA VISÃO

17

Economia, Ciência e Cultura
N.º 17. ANO 2015



Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

ISSN 2245-9344

CÔA Economia,
Ciência e Cultura
Visão₁₇

CÔAVISÃO 17

COORDENAÇÃO

José Manuel Costa Ribeiro
António N. Sá Coixão

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Praça do Município
5150-642 Vila Nova de Foz Côa

DESIGN GRÁFICO

Jorge Davide Sampaio (Fundação Coa Parque)

IMPRESSÃO

Côa Gráfica - Artes Gráficas, Lda.
Vila Nova de Foz Côa

DEPÓSITO LEGAL

978-972-872-8763-20-6

ISBN

978-972-8763-23-7

TIRAGEM

750 exemplares

CAPA

Pendente perto da foz da ribeira de Piscos
Fotografia de António Martinho Baptista

DATA DE EDIÇÃO

Maio de 2015

PERIODICIDADE

Anual

Índice

PREFÁCIO	3
INTRODUÇÃO	5
OS COORDENADORES	
ECONOMIA	10
Falhas Institucionais e Científicas da Crise da Filoxera - 1863-1893	
El desarrollo de los ferrocarriles peninsulares transfronterizos con la provincia de salamanca	28
Usos e propriedades da amêndoa	36
Pensar no presente, o futuro do Parque Arqueológico/Museu do Côa no horizonte 2020	42
As pedreiras romanas do Salgueiro	94
Arte rupestre do castro de São Jurge - Ranhados (Mêda)	100
Glossário dos principais elementos característicos da estação arqueológica de Castanheiro do Vento (3º e 2º milénio a.c.)	108
Escavar para quê? Conhecer os artistas para compreender a arte do Côa	120
O Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (PSP do AHBS),	132
CIÊNCIA	52
O Carril Mourisco	
O traçado romano de uma grande rota contemporânea	
As “estruturas circulares” em Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). Exercícios descritivos e interpretativos da forma e da organização do espaço	80
CULTURA	171
Banda musical de Freixo de Numão – 1865 – 2015 150 ANOS AO SERVIÇO DA CULTURA	
Armando Martins Janeira e o pensamento colonial	181
Adventino Fachada, um artista da história local	183
Parque Arqueológico do Vale do Côa - Portefólio I	187
Criar destruindo: a arte de Vihils	245

Escavar para quê? Conhecer os artistas para compreender a arte do Côa

Thierry Aubry, António Fernando Barbosa,
Luís Luís, André Tomás Santos, Marcelo Silvestre*

Resumo

Neste texto pretende-se refletir sobre a importância da investigação arqueológica para o conhecimento da arte paleolítica do Vale do Côa, que deverá alicerçar os discursos produzidos para a divulgação alargada deste património, algo de essencial para o desenvolvimento integrado da região. Esta reflexão tem como "pano de fundo" os principais resultados advindos das duas campanhas de escavação levadas a cabo durante o ano de 2014 no sítio arqueológico da Cardina (Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa).

Palavras-chave

Arqueologia; Arte rupestre; escavação; Cardina, Vale do Côa; Paleolítico superior; Paleolítico médio

Arte e Arqueologia

Não é pacífica a definição de arte nas sociedades contemporâneas, bem patente na incredulidade de muitos quando um par de sandálias gigantes feitas com panelas é vendido por cerca de 574.000 euros.

Trata-se de uma velha discussão, que perdura desde pelo menos a Grécia Antiga e que, em traços gerais, é protagonizada por dois campos. Um deles dá primazia à estética, entendida como a busca do belo através da organização formal harmoniosa dos elementos que compõem uma obra. O segundo campo valoriza na obra de arte a sua capacidade de servir como meio de comunicação, cujo poder radica na sua capacidade metafórica e na possibilidade que tem de ordenar ideias transmitidas através de um conjunto de signos e técnicas (Layton 2001). Embora na maioria dos casos ambas as perspetivas se história de arte é feita de uma sucessão de

correntes e autores que vão dando mais importância a uma ou outra perspetiva. Hoje em dia a estética parece por vezes estar ausente da grande maioria das obras de arte contemporâneas e a

mensagem deixou de ser evidente. Cada vez mais a obra de arte é definida como tal, não pelas suas características intrínsecas, mas pelo contexto em que surge. Podemos não compreender uma peça, mas se aparece num museu, no Palácio de Versalhes, se é objeto de coleção, compra e venda num mercado específico que move milhões, será entendida como arte. Ela é assim definida em grande medida pelo seu contexto.

Por outro lado, para além do prazer estético subjetivo que nos possa proporcionar, a compreensão da obra de arte depende também do contexto em que é produzida. Ao olharmos para um quadro como o Guernica de Picasso poderemos gostar mais ou menos, mas seguramente iremos compreendê-lo melhor se soubermos que se inscreve no desenvolvimento da sua estética cubista e que foi pintado em resposta ao bombardeamento da cidade basca epónima, a 26 de Abril de 1937, pelas forças nazis durante a Guerra Civil de Espanha. Os corpos despedaçados, a mãe com o filho inerte nos braços ou o cavalo que relincha ganham uma nova dimensão, quando percebemos que Picasso os pintou como um instrumento de combate contra a barbárie.

A arte é assim um reflexo indireto do contexto social que a produz. A preocupação com a guerra e a vanguarda estética de 1937 foram entretanto substituídas pelo consumismo e pela mercadorização. Neste contexto se compreende uma peça como as sandálias Marilyn (2009) de Joana Vasconcelos, não por acaso patrocinada por uma marca de panelas.

Se a perspetiva social da arte é válida para a compreensão da arte nas sociedades atuais e possuidoras de escrita, ela ganha uma outra dimensão quando tratamos de sociedades passadas sem escrita, como os caçadores-recolectores

*
Fundação Côa
Parque
R. do Museu
5050-610 Vila Nova
de Foz Côa

paleolíticos¹.

A única forma de acedermos à compreensão destas sociedades é através da Arqueologia, a ciência da cultura material. Ela estuda os vestígios físicos das sociedades do passado, geralmente protegidos por camadas sedimentares, que sobreviveram até à atualidade. Essa é a sua primeira grande limitação, pois o arqueólogo tem consciência que os vestígios conservados são uma ínfima fração dos testemunhos deixados, inversamente e proporcional à distância de tempo que nos separa deles. Por outro lado, sendo uma ciência social, a Arqueologia não se contenta com a descrição dos objetos que recupera, ela pretende sobretudo partir desses reduzidos vestígios materiais para compreender o todo social que os produziu. A partir dos vestígios materiais será assim mais fácil perceber a estrutura económica, o modo de vida, a arquitetura, até o meio ambiente de uma sociedade, do que conhecer os seus modos de pensar ou a sua ideologia. É neste ponto que a arte rupestre tem um valor fundamental, pois, sendo uma expressão artística geralmente associada aos povos sem escrita (Taçon e Chippindale 1998), ela é uma das poucas formas de aceder a essas dimensões. Isso é aliás bem exemplificado por um dos critérios da UNESCO na inscrição da arte do Côa na sua Lista de Património Mundial, que para além das dimensões económica e social afirma que a arte do Vale do Côa ilustra de uma forma excepcional a vida espiritual do mais antigo antepassado da humanidade (UNESCO 1999: 31). Neste sentido, a arte rupestre, também enquanto vestígio material, deve ser estudada como um objeto arqueológico, e não, como não poucas vezes acontece, como algo desgarrado do contexto social que o criou. O objeto artístico por si só não nos diz muito. Poderemos gostar mais ou menos, admirar a técnica ou a harmonia da forma, mas isso pouco nos dirá acerca de quem o fez, porquê, em que contexto e quando. Conciliando a arte e os restantes vestígios materiais estudados pela Arqueologia teremos uma perspetiva mais global das sociedades do passado.

A singularidade do Vale do Côa

A descoberta da arte rupestre do Vale do Côa trouxe para a ribalta um debate científico acerca da sua antiguidade. O ruído mediático, criado com o intuito de invalidar a atribuição cronológica dos vestígios então identificados, pouco ou nenhum reflexo teve na comunidade arqueológica, apesar de ainda se ouvirem por vezes alguns ecos longínquos.

A resposta às perguntas que então foram suscitadas, sobretudo relacionadas com a antiguidade das representações artísticas do Baixo Côa, vieram da

investigação arqueológica iniciada em 1995. Numa primeira fase, foi com base em argumentos estilísticos que se justificou a datação paleolítica da fase mais antiga da arte do Côa (Zilhão 1997). São estes os principais argumentos utilizados para a atribuição cronológica em toda a História da Arte, incluindo a arte paleolítica em gruta.

Foram então propostas duas hipóteses cronológicas relativamente às densas sobreposições dos sítios de Canada do Inferno e Penascosa. Uma delas defendia uma diacronia longa para este tipo de rochas (Baptista 1999), interpretando as sobreposições como resultado de uma acumulação.

Outros autores defendiam um tempo curto para a gravação daquelas rochas há cerca de 18.000 anos, com base no quadro crono-estilístico de Leroi-Gourhan, interpretando, como este, as sobreposições como composições (Balbín Behrmann et al. 1996).

Ao mesmo tempo iniciava-se o trabalho de prospeção e escavação dos sítios arqueológicos passíveis de preservar vestígios paleolíticos. Recorde-se que então se afirmava que o interior da Península Ibérica teria estado despovoado durante o Paleolítico superior, pelo que a arte não poderia ter essa data.

Em Agosto de 1995 identificou-se a primeira jazida arqueológica com vestígios de ocupação paleolítica no Vale do Côa, o sítio da Cardina/Salto do Boi (Santa Comba) (Zilhão et al. 1995) (Fig. 1).

¹

Por comodidade, utilizamos o termo “arte” para designar as manifestações gráficas das sociedades de caçadores-recolectores do passado, embora tenhamos consciência de que para elas isso teria um sentido distinto do que a arte tem para a nossa sociedade.



Fig. 1: Vista geral do sítio da Cardina (Santa Comba) (fotografia José Paulo Ruas)

O seu reconhecimento comprovou, pela primeira vez, a existência de ocupação humana contemporânea da data atribuída à arte rupestre, rebatendo um dos argumentos dos que defendiam uma cronologia recente para as gravuras - o da ausência de contexto arqueológico coevo. Quatro anos mais tarde, a descoberta da Rocha 1 do Fariseu e a obtenção das primeiras datas absolutas que confirmaram a atribuição tipológica das indústrias de pedra lascada, vieram confirmar este facto.

Os trabalhos arqueológicos realizados entre 1996 e 2001 na Cardina vieram atestar uma sequência de ocupação paleolítica, com oito diferentes fases entre o Gravettense e o Azilense, bem como identificar um conjunto de estruturas nos diferentes níveis.

Entretanto, outros sítios foram sendo identificados e escavados, nomeadamente o conjunto de sítios de caça localizados no planalto granítico das Pedras Altas (Almendra), onde se identificou um conjunto de picos em quartzito utilizados na produção de gravuras picotadas (Aubry 2009).

A descoberta e escavação do sítio do Fariseu em Novembro de 1999 assinalam um marco no estudo do

Vale do Côa, pela descoberta de um painel repleto de sobreposições de figuras gravadas, associado fisicamente a um conjunto de camadas sedimentares contendo vestígios arqueológicos (Fig. 2).

Após a descoberta dos picos em quartzito e de quatro placas gravadas com motivos não figurativos na Cardina e Quinta da Barca Sul, esta associação direta entre arte e ocupação humana, preservada nas camadas arqueológicas, veio confirmar a atribuição cronológica das gravuras mais antigas do Vale do Côa ao Paleolítico superior, como já defendido mediante critérios estilísticos. As datações obtidas pelos processos da luminescência (sobre sedimentos e pedras queimadas) e do radiocarbono (sobre osso e sobre carvão) no sítio do Fariseu, publicadas em 2005, demonstraram que as gravuras da rocha 1 datam de há mais de 18.400 anos (Aubry 2009). Foi ainda possível obter uma data de cerca de 23.000 anos, a partir de um fragmento de carvão recuperado num nível mais antigo, mas não diretamente associado ao painel gravado.

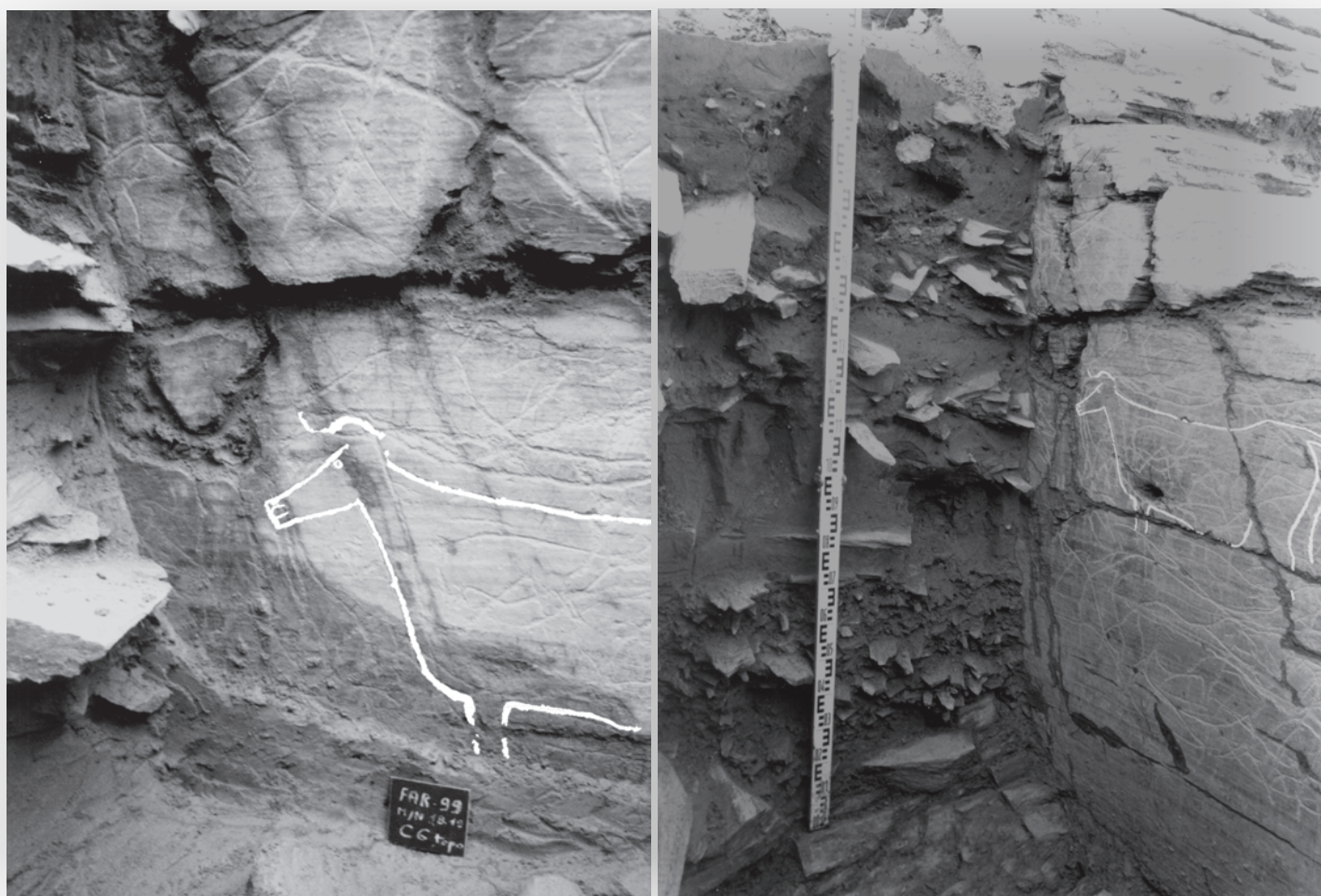


Fig. 2: Cobertura sedimentar da rocha 1 do Fariseu durante a escavação de Dezembro de 1999 (fotografias Thierry Aubry).

A análise da sobreposição das figuras e a organização na superfície vertical do painel contradizem a hipótese de um longa diacronia e indicam que a fase gráfica mais antiga do Côa será de idade solutrense (23.000 a 26.000 anos) ou, mais provavelmente, gravettense (26.000 a 30.000) (Aubry et al. 2014). Deu-se assim por terminado o debate relativamente à duração da gravação dos painéis com densas sobreposições e ao seu posicionamento cronológico, confirmando-se a hipótese do tempo curto, num momento pré-magdalenense. Por outro lado, a descoberta de mais de 70 plaquetas de xisto gravadas no interior da camada 4 permitiu também a obtenção de um referencial estilístico regional para a fase mais recente da arte paleolítica, que corresponde ao fim da era glacial, datada de cerca de 12.000 anos antes do presente.

A existência de outros sítios contemporâneos, diretamente associados ou não com a arte, alargou a nossa compreensão do contexto social das gravuras, assim como do meio ambiental (clima e fauna) que as envolvia. Passámos assim a poder responder às perguntas: De que recursos viviam? Como funcionavam e se organizavam as sociedades em que se integravam os artistas do Côa?

A identificação da origem das rochas, que foram utilizadas para o fabrico das armas de caça, abandonadas depois de utilizadas e fracturadas nos sítios do Côa, revelou a exploração de rochas siliciosas de filão localizadas ao longo do Côa e de alguns rios próximos, mas também a importação de sílex do Centro de Portugal e do interior da Meseta. Aquilo que inicialmente se considerava uma desvantagem – a grande distância desta região para as zonas ricas em sílex – revelou-se afinal uma oportunidade para melhor compreender a organização social dos autores da arte do Côa. A identificação das fontes de matéria-prima utilizadas na região, algumas delas a mais de 150 quilómetros, prova a existência de contactos entre o bando local e outros grupos localizados, tanto na Estremadura portuguesa, como no centro da Meseta Norte (Aubry et al. 2012).

A investigação arqueológica realizada desde 1996 ensinou-nos já muito sobre a arte do Côa e as sociedades que a produziram e utilizaram. Foi o conhecimento científico decorrente deste trabalho que permitiu desenvolver as propostas interpretativas apresentadas no Museu do Côa em 2010, de uma forma simples e acessível.

Mas o museu não pode ser considerado como a conclusão de um processo iniciado em 1995. Por cada resposta que obtemos, mais perguntas surgem, muitas vezes sugeridas até por visitantes.

As 8 fases de ocupação documentadas representam a totalidade da ocupação paleolítica da região, ou são apenas o que foi possível discriminar até ao momento? Qual a verdadeira localização da fase 6 no interior do Magdalenense? Qual a relação entre estas 8 fases e as 3 fases artísticas até agora discriminadas? Confirmar-se-á a datação magdalenense da fase intermédia proposta pela análise estilística? Confirmar-se-á a contração dos contactos intergrupais durante o Magdalenense tal como sugerido pela análise da arte rupestre? Como explicar essa contração? As relações com o Norte peninsular durante o Magdalenense, inferidas a partir da análise formal da arte, detetar-se-ão no restante registo arqueológico? Também no Côa se verificarão diferenças substanciais entre a temática da arte móvel e a da arte parietal? Qual a verdadeira importância da ocupação Neandertal da região durante o Paleolítico médio, apenas sugerida por alguns vestígios isolados (Aubry e Carvalho 1998)? Qual a organização espacial dos sítios escavados apenas parcialmente? Que estrutura social podemos inferir a partir desses vestígios? Confirmar-se-á que a arte reflete essa mesma estruturação social e é instrumental para a sua manutenção? Qual a relação entre a fauna existente ou consumida e a fauna representada ao longo do Paleolítico superior? O que foi mudando durante os cerca de 20.000 anos de evolução das sociedades do Paleolítico superior na região? O que é que as alterações que se identificam nas diferentes fases artísticas nos dizem acerca das sociedades que lhes deram origem? Foi com estas e outras questões em mente que foi submetido à Direção-Geral do Património Cultural, no início de 2014, um projeto de investigação plurianual de investigação arqueológica, denominado “Cronologia e paleoambientes da ocupação paleolítica do Vale do Côa”, que contemplava também a realização de escavações arqueológicas no sítio da Cardina.

De regresso à Cardina

Passados 13 anos, o sítio da Cardina - o primeiro identificado na região - foi considerado como o que dispunha de mais potencial para poder responder a algumas das questões levantadas acima.

Trata-se, afinal, de um acampamento no fundo do vale com uma boa preservação sedimentar de um conjunto alargado de ocupações humanas distintas, incluindo estruturas. Esta escolha procurou ainda comparar os acampamentos do fundo do vale com as ocupações logísticas do planalto granítico da região de Almendra, tanto ao nível das estruturas conservadas como da organização espacial. O sítio foi assim objeto de duas campanhas entre Maio e Outubro de 2014 (Fig. 3)².

Nestas campanhas abriu-se uma área de 26 m², em três setores distintos, escavando-se cerca de 25 m³ de terra e atingindo-se uma profundidade máxima de mais de 3 metros a partir da superfície atual. Recuperaram-se 41.404 objetos arqueológicos (Fig. 4), com um peso total de 365,6 kg (Fig. 5), incluindo 7.187 termoclastos, 683 núcleos e 398 utensílios líticos (Fig. 6), para além de se ter documentado um significativo conjunto de estruturas.

Nos níveis magdalenenses observou-se uma forte densidade de pequenas fogueiras, constituídas por blocos ou seixos de riólito, quartzo, quartzito, xisto e granito, que se dispersam por toda a área escavada. Esta distribuição poderá ser interpretada como resultando de uma única ocupação por um grande grupo humano, ou como uma sucessão de reutilizações de espaços adjacentes por um pequeno número de pessoas, ao longo da plataforma. Qualquer que seja a interpretação, a dispersão de pequenas estruturas de tipologia semelhante parece apontar para uma sociedade atomizada, baseada em pequenas unidades de tipo familiar. A interpretação



Fig. 3: Aspeto geral da 1ª campanha de escavação da Cardina em 2014 (fotografia José Paulo Ruas).

pende, por agora, para uma ocupação por pequenos grupos ao longo do tempo, tendo em conta a falta de vestígios de grandes estruturas com uma arquitetura que implique um grande investimento coletivo. A quantidade de fragmentos de placas de xisto não local recolhidos neste nível, sete deles com vestígios de traços, reforçam a possibilidade de identificação de elementos gráficos que possam vir a contribuir para um melhor conhecimento e datação arqueológica da fase intermédia da arte do vale, localizada entre o momento de realização da rocha 1 do Fariseu e o das plaquetas gravadas da camada 4 do mesmo sítio.

² Estes trabalhos foram realizados por técnicos da Fundação Côa Parque, com a colaboração de investigadores da DGPC, UNIARQ (Universidade de Lisboa) e Universidade de Barcelona, e contaram com o apoio logístico da Junta de Freguesia de Santa Comba e da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.



Fig. 4: Crivagem a água de uma unidade arqueológica, evidenciando a abundância de material arqueológico (fotografia José Paulo Ruas).



Fig. 5: Materiais recolhidos em escavação antes do seu tratamento e estudo para integração no espólio do Museu do Côa (fotografia José Paulo Ruas).



Fig. 6: Utensílio sobre lâmina em sílex no momento da sua descoberta (fotografia José Paulo Ruas).

Nos níveis mais antigos do Paleolítico superior, datados do Gravettense, confirmaram-se as observações realizadas entre 1999 e 2001, que indicavam a existência de pelo menos duas fases de ocupação. Constatou-se ainda a existência de pelo menos uma grande estrutura em fossa de morfologia circular, preenchida por concentrações de blocos, semelhante à estrutura descoberta nas escavações anteriores (Fig. 7).

Estas estruturas com um raio de 5 a 6 metros deverão dispersar-se por uma parte consideravelmente extensa da plataforma, a julgar pelos resultados das sondagens escavadas até 2001 e agora da U'15-16, assim como pelas anomalias de resistividade detetadas durante a prospeção geofísica realizada em 1996. Neste momento levantam-se várias hipóteses para a sua interpretação funcional, desde estruturas de habitação, processamento de recursos, armazenamento ou outras.

Independentemente disso, a existência deste tipo de estruturas implica um modo de ocupação do sítio que contrasta com a ocupação magdalenense. A construção e utilização de estruturas desta dimensão denunciam um



Fig. 7: Estrutura pétrea gravettense e sondagem nas camadas mais antigas, atribuídas ao Paleolítico médio (fotografia Thierry Aubry).

investimento tal que pressupõe uma organização social de tipo distinto das fases subsequentes.

Presume-se assim a existência de maiores concentrações populacionais e/ou durante mais tempo. O mesmo acontece com o investimento exigido para a construção das estruturas de combustão no planalto granítico, como a Olga Grande 4, durante esta mesma fase, que, também aí, contrasta com a ligeireza das estruturas de combustão do nível magdalenense.

Mas a maior novidade dos trabalhos arqueológicos realizados em 2014 no sítio da Cardina consistiu na identificação de pelo menos dois níveis de ocupação atribuíveis ao Paleolítico médio. A pequena área escavada não permite, para já, tecer grandes considerações sobre estas ocupações, contudo, a densidade de materiais registada, bem como a documentação de algumas pequenas acumulações de blocos, sugere que uma escavação em extensão poderá vir a fornecer dados relevantes, nomeadamente ao nível da organização espacial, sobre a ocupação deste terraço por grupos de Neandertais, que precederam a produção artística conhecida no Vale do Côa. Uma questão importante a averiguar no futuro será perceber se a indústria destas ocupações se resume ao quartzo e quartzo hialino, como até agora identificado, ou se existe igualmente uma indústria sobre suportes de silicificações de filão, sílex ou silcretos, como durante o Paleolítico superior, o que implicaria necessariamente a existência de uma vasta rede de aprovisionamento (Aubry et al. 2012), como se verifica, por exemplo, na Estremadura portuguesa (Matias 2012).

Devido à profundidade a que se encontram estes materiais e à densidade de vestígios nos níveis superiores, a escavação destes contextos apresenta vários desafios, mas também elevadas potencialidades, não sendo ainda de descartar a existência de vestígios de ocupações mais antigas do Paleolítico inferior, até agora apenas documentadas em posição secundária sobre os terraços fluviais dos rios Côa e Douro (Aubry et al. 1997).

Perspetivas de futuro

Os resultados obtidos durante as duas campanhas de escavação realizadas em 2014 no sítio da Cardina abrem novas perspectivas para a compreensão e valorização da arte do Côa, acrescentando dados

únicos sobre as sociedades que ocuparam o Vale do Côa. A sequência da ocupação pleistocénica do Vale do Côa é cada vez mais longa. A campanha de 2014 na Cardina demonstrou que a região possui um elevado potencial na preservação de vestígios mais consistentes de ocupação de grupos neandertais, para além dos ténues achados identificados até ao momento. Por outro lado, os dados confirmam o carácter excepcional dos vestígios gravettenses, que refletem as especificidades das comunidades humanas desse momento. Entre esses indícios refiram-se as estruturas monumentais da Cardina, cuja complexidade só encontra paralelos nos sítios clássicos do Centro e Norte da Europa.

O estudo e interpretação destas estruturas abrem caminho para um aprofundamento da interpretação da fase mais antiga da arte do Vale do Côa no seu contexto social. Por outro lado, os vestígios de arte móvel identificados na fase magdalenense confirmam a potencialidade do sítio fornecer dados relativos à datação arqueológica da fase intermédia do Côa.

Mas muito falta ainda responder. Sabemos que a arte mais antiga do Côa tem mais de 18.400 anos. Mas quantos anos mais? Datará de há 25.000 ou de há 20.000? Terá essa arte pré-magdalenense sido produzida em bloco num período ou ao longo de 7 ou 8.000 anos? Qual a relação direta entre as três fases identificadas até ao momento na arte (Santos 2012) com as oito identificadas em escavação? A ocupação paleolítica da região dividiu-se nas fases intermitentes que conhecemos hoje ou foi contínua e a sua intermitência arqueológica resulta de processos de erosão sedimentar? Quando passam 20 anos desde o início do estudo arqueológico da arte do Vale do Côa, grande parte das perguntas que se levantavam nessa altura encontra-se definitivamente respondida. Mas seguindo o paradoxo filosófico socrático, quanto mais conhecemos, mais dúvidas e perguntas temos. Temos assim dois caminhos. Ou nos contentamos com as respostas que já temos e com a nossa própria ignorância, ou seguimos a busca do conhecimento e da compreensão desta arte no seu contexto.

Não se trata aqui de uma mera busca diletante de conhecimento. Na construção da memória histórica, a Arqueologia tem um papel único e insubstituível, pois é a única forma de aceder ao conhecimento de determinadas sociedades do passado. Daí lhe advém a sua relevância social.

Essa relevância, por vezes ignorada na sociedade contemporânea, é bem exemplificada na apropriação ou distorção do seu discurso.

Veja-se, no caso português, a legitimação nacionalista do discurso da ditadura fascista por arqueólogos como Manuel Heleno, que se esforçou por afirmar de forma não substanciada a “unidade moral” da nacionalidade desde “tempos da pedra polida”, ou Mendes Corrêa, que justificava o Império colonial português através de um suposto Império Megalítico (Fabião 1999). De consequências mais trágicas foi a utilização das teorias do arqueólogo Gustaf Kossinna para a justificação do pangermanismo e do mito ariano nazis. O vestígio material pode ser tão relevante que leve à sua destruição, como no caso dos Budas de Bamyán, bombardeados pelos talibãs afegãos em Março de 2001, ou, mais recentemente, das destruições no Museu de Mossul e dos sítios arqueológicos iraquianos de Hatra e Nimrude pelo autodenominado Estado

Islâmico.

Mas para além da relevância social da Arqueologia ela pode ter uma repercussão direta na região, como exemplificado no Vale do Côa. Sem o conhecimento arqueológico do contexto desta arte ela poderia emocionar alguns espíritos mais sensíveis, mas, para muitos, ela não teria deixado de ser “uma série emaranhada de garatujas horrendas e indecifráveis” (Moura 1995). Para além da beleza que encontramos na arte do Côa, é o seu contexto e a sua explicação que tem atraído os mais de 400.000 visitantes que já vieram ao Parque e Museu do Côa desde Agosto de 1996. Tem sido a investigação arqueológica que tem fundamentado este discurso transmitido através das visitas guiadas à arte rupestre e, mais recentemente, no museu. Só ela o poderá continuar a fazer³.

3

Esta é aliás a razão da nossa grande ignorância relativamente à segunda mais importante fase artística do Vale do Côa, a Idade do Ferro, que conta já com mais de 450 painéis identificados (Reis 2014). Também aqui, só a investigação do seu contexto arqueológico pode trazer à luz do dia novos dados, o que se comprova pelo facto do maior avanço recente no seu conhecimento advir dos resultados da escavação arqueológica do sítio do Castelinho (Torre de Moncorvo) e da identificação em contexto arqueológico de mais de 150 placas com motivos gravados (Santos et al. 2012), que encontram paralelos nos painéis das margens do Côa e Douro.

Se ficarmos satisfeitos com o que já sabemos corremos o risco de fossilizar e, por conseguinte, perdermos a capacidade de atrair novos públicos. Só a Arqueologia poderá continuar a alimentar o discurso que fundamenta o Parque e Museu do Côa e os torna socialmente relevantes, justificando o investimento público que neles tem vindo a ser feito.

Bibliografia

Aubry, T. (ed.) (2009). *200 séculos da história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*, Igespar, IP (Trabalhos de Arqueologia; 52), Lisboa.

Aubry, T., Carvalho, A. F. (1998). O povoamento pré-histórico no Vale do Côa: Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). *Côavisão* 0: 23–34.

Aubry, T., Carvalho, A. F., Zilhão, J. (1997). Arqueologia. In J. Zilhão (ed.), *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*, Ministério da Cultura, Lisboa, pp.74–209.

Aubry, T., Luís, L., Mangado, J., Matias, H. (2012). We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology* 31: 528–550.

Aubry, T., Santos, A. T., Luís, L. (2014). Stratigraphies du panneau 1 de Fariseu: analyse structurelle d'un système graphique paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa (Portugal). In P. Paillet (ed.), *Les Arts de La Préhistoire: Micro-Analyses, Mise en Contexte et Conservation*, Société des Amis du Musée National de Préhistoire et de la Recherche Archéologique (Paléo, numéro spécial), Les Eyzies-de-Tayac, pp.259–270.

Balbín Behrmann, R. de, Alcolea González, J. J., Santoja Gómez, M. (1996). *Arte rupestre paleolítico al aire libre de la cuenca del Duero: Siega Verde y Foz Côa*, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora.

Baptista, A. M. (1999). *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa: Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*, Parque Arqueológico do Vale do Côa, Vila Nova de Foz Côa.

Fabião, C. (1999). Um século de Arqueologia em Portugal - I. *Al-Madan* 8 (2ª série): 104–126.

Layton, R. (2001). *A Antropologia da Arte*, Edições 70 (Arte & Comunicação; 74), Lisboa.

Matias, H. M. A. (2012). *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na Gruta da Oliveira (Torres Novas)*, Tese de dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Moura, V. G. (1995). Questões de (im) paciência. *Diário de Notícias* 19 de Abril, p. 45.

Reis, M. (2014). Mil rochas e tal...!: Inventário dos sítios da Arte Rupestre do Vale do Côa (conclusão). *Portugália* 35: 17–59.

Santos, A. T. (2012). Reflexões sobre a arte paleolítica do Côa: a propósito da superação de uma persistente dicotomia conceptual. In M. de J. Sanches (ed.), *Atas Da 1ª Mesa-Redonda: Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*, DGPC (Trabalhos de Arqueologia; 54), Lisboa, pp.39–68.

Santos, F., Sastre, J., Soares de Figueiredo, S., Rocha, F., Pinheiro, E., Dias, R. (2012). El sitio fortificado del Castelinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro. *Complutum* **23**: 165–179.

Taçon, P., Chippindale, C. (1998). An Archaeology of Rock-art Through Informed and Formal Methods. In P. Taçon, C. Chippindale (eds.), *The Archaeology of Rock-Art*, Cambridge University Press, Cambridge, pp.1–10.

UNESCO (1999). *Report on the twenty-second session of the World Heritage Commission. Kyoto, Japan (30 November - 5 December 1998)*, World Heritage Commission, Paris.

Zilhão, J. ed. (1997). *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*, Ministério da Cultura, Lisboa.

Zilhão, J., Almeida, F., Aubry, T., Carvalho, A. F., Zambujo, G. (1995). O sítio arqueológico paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* **35**: 471–497.